

PLANO DE TRABALHO

Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas

Coordenador: Senador ARMANDO MONTEIRO

Março de 2017

I - INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir um plano de atividades para o grupo de trabalho de reformas microeconômicas que foi aprovado em 21 de março último, pela Comissão de Assuntos Econômicos, por meio do requerimento CAE nº 7, de 2017. Segundo essa proposição, o objetivo do grupo é identificar os principais obstáculos que compõem o chamado “Custo Brasil” e oferecer soluções que “facilitem a atividade empreendedora e empresarial no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda”.

É fato conhecido que a atividade econômica no Brasil se defronta com uma série de ineficiências, disfuncionalidades e custos sistêmicos, como o excesso de burocracia, complexidades ou deficiências regulatórias e insegurança jurídica. Esses fatores tornam o ambiente de operação das empresas mais hostil e oneroso, o que inibe os investimentos, dificulta o empreendedorismo e a geração de empregos no País.



Um reflexo direto desse ambiente institucional se expressa na estagnação ou nos reduzidos níveis de produtividade. De fato, nas últimas décadas a produtividade do Brasil tem crescido a taxas muito baixas, inibindo o potencial de expansão econômica do País. Por exemplo, estimativas de economistas do Insper¹ apontam um aumento de 0,68% ao ano da produtividade agregada no período de 1990-2010. Isso é muito pouco comparado ao excelente desempenho dessa variável no período 1965-80, que foi da ordem de 4,5% ao ano e também ficamos aquém de países como a Coreia do Sul, Chile e os Estados Unidos.

Outro referencial é a pesquisa *Doing Business* produzida pelo Banco Mundial, que analisa 11 áreas do ciclo de vida de uma empresa, dentre as quais dez são incluídas na classificação das economias em termos da facilidade de se fazer negócios: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção dos investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio internacional, execução de contratos e resolução de insolvência. Na pesquisa mais recente, entre 190 economias, o Brasil ocupa a apenas 123^a posição no ranking geral, o que denota como estamos distantes da fronteira dos países que oferecem um ambiente regulatório mais propício para a criação e operação de uma empresa local.

Por outro lado, esse cenário demonstra que há um espaço enorme para que possamos obter ganhos de produtividade por meio de

¹ “Evolução da Produtividade do Brasil: Comparações Internacionais” por Bruno Kawaoka Komatsu, Felipe Yamamoto Ricardo da Silva e Naercio Aquino Menezes Filho.



reformas microeconômicas que melhorem o ambiente de negócios e estimulem nossa capacidade empreendedora.

A agenda da produtividade ou de redução do custo Brasil é multifacetada e atinge diversos aspectos que dificultam o dia a dia dos empreendedores no País. Nesse sentido, alcança os ambientes tributário, das relações do trabalho, do comércio exterior, do financiamento, da inovação e dos investimentos, sobretudo em infraestrutura.

Também é importante destacar a preocupação do Governo e de entidades vinculadas ao setor produtivo na identificação dessa agenda como fundamental para o crescimento. Por exemplo, no âmbito do Ministério da Fazenda tem sido anunciada uma série de medidas que buscam melhorar as condições de crédito (reforma do cadastro positivo, instituição da duplicata eletrônica e da letra imobiliária garantida, aperfeiçoamento da legislação de alienação fiduciária, etc), de redução da burocracia e de automatização de registros no âmbito do sistema do e-Social (Sistema para pagamento de tributos trabalhistas), do SPED (Sistema de Escrituração Contábil) e da Nota Fiscal Eletrônica, além dos avanços nas etapas do Portal Único do Comércio Exterior.

Um tema que tem merecido atenção do Banco Central são os *spreads* bancários e o custo de financiamento do capital, que são desproporcionalmente elevados no Brasil para qualquer padrão de comparação internacional.

O Banco Central reconhece a importância de se reduzir os *spreads* bancários e admite que uma queda estrutural e sustentável do custo



do crédito contribui para o aumento da eficiência e da produtividade da economia. Por isso, defende uma agenda de incentivo à adimplência e a execução de garantias, promoção da queda dos custos administrativos e de estímulo à concorrência.

Já a CNI apresentou no ano passado um conjunto de propostas que visam criar um melhor ambiente de negócios por meio de ações desburocratizantes e de melhoria da qualidade regulatória. Todas as propostas têm um elemento comum: custo fiscal zero.

Na mesma linha, o Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP), uma instituição sem fins lucrativos que tem hoje mais de 60 empresas associadas de grande porte de 34 segmentos da economia, propõe medidas de redução de obrigações acessórias que não afetam a carga tributária global da economia.

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços – UNECS, formada por entidades como - Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD), Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Associação Nacional de Materiais de Construção (Anamaco), Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) -, que em conjunto, são responsáveis por mais de 20% dos empregos formais do país e 16% do PIB, com R\$ 1 trilhão de faturamento, e quase 65% das vendas por meios de cartões de crédito e débito no Brasil apresentam como pauta



prioritária: a simplificação tributária, modernização nas relações de trabalho, a regulamentação e melhoria do ambiente dos meios de pagamentos (cartões de crédito, débito e *voucher*).

Portanto, essas são algumas evidências que denotam que essa é uma agenda irrecusável para ajudar o país a melhorar o ambiente de negócios, garantir previsibilidade e segurança jurídica e estimular investimentos essenciais para retomada do crescimento da nossa economia. O Senado Federal e a Comissão de Assuntos Econômicos precisam participar ativamente desse debate oferecendo contribuições para o avanço desses temas.

II – ATIVIDADES PROPOSTAS

Para a consecução dos objetivos do grupo de trabalho de Reformas Microeconômicas, propomos a realização de uma reunião de trabalho para aprovação do presente plano com os membros do grupo.

Do ponto de vista temático, achamos pertinente focar em alguns temas da agenda de redução do Custo Brasil, dada a multiplicidade de fatores que influenciam nesse assunto. Portanto, propomos priorizar o tema do custo de financiamento e dos *spreads* bancários, a simplificação e desburocratização nos ambientes tributário, trabalhista e do comércio exterior.

Inicialmente, pretendemos realizar três audiências públicas. A primeira terá como objetivo apontar um diagnóstico sobre o processo de



estagnação da produtividade. Essa audiência deve contar com a presença de especialistas de *think tanks*/instituições que possam contribuir para identificar os principais determinantes ou fatores que expliquem o desempenho da produtividade no Brasil. Nesse sentido, sugerimos alguns nomes, como: Marcos Lisboa ou Naercio Menezes (Insper), Samuel Pessoa (IBRE/FGV), João Manoel Pinho de Mello (Ministério da Fazenda) e representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

A segunda audiência pública tratará especificamente sobre o tema dos *spreads* bancários e deverá ter a participação de representantes do Banco Central, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, da UNECS, do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A terceira audiência pública terá como conteúdo a contribuição do setor produtivo e do governo para a agenda de reformas microeconômicas. Nesse caso, representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Confederação Nacional da Indústria e da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS) e do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP) apresentarão suas propostas.

Consideramos ainda oportuna a interação com membros do GT que tratará sobre a avaliação do sistema tributário, quando o assunto se referir à simplificação tributária e redução de obrigações acessórias.



Além disso, serão realizadas reuniões técnicas com a assessoria dos gabinetes dos Senadores, consultoria legislativa do Senado, representantes do governo federal e instituições vinculadas ao setor produtivo. Também é objetivo do grupo de trabalho indicar as proposições legislativas em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no Senado que deveriam ser objeto de priorização para votação por ser convergente com a agenda da produtividade. De modo análogo, também é possível apresentar temas que poderiam ser transformados em projetos de lei.

Para instruir os trabalhos do GT das reformas microeconômicas, os Senadores poderão solicitar requerimentos de informação para as autoridades públicas e contar com o apoio da consultoria legislativa.

III – CRONOGRAMA

De acordo com o plano de atividades descrito, segue o cronograma previsto:

ATIVIDADE	DATA	HORÁRIO
Apresentação, discussão, aprovação do Plano de Trabalho do GT de Reformas Microeconômicas.	Terça-feira, 04/04	14h30
Realização da primeira audiência pública – Diagnóstico sobre a evolução da Produtividade no Brasil.	Em Abril	14h30
Realização da segunda audiência pública sobre os <i>spreads</i> bancários no Brasil.	Em Abril	14h30



Realização da terceira audiência pública – a contribuição do setor produtivo e do governo para as reformas microeconômicas.	Em Maio	14h30
Levantamento das proposições relevantes e apresentação de projetos de lei.	Abril a Julho	-
Elaboração do Relatório do Grupo de Trabalho	Agosto	-
Apresentação do Relatório na Comissão de Assuntos Econômicos	Setembro	-

Esse é, portanto, o plano de trabalho que submeto aos ilustres membros da Comissão de Assuntos Econômicos e aos membros do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas.

Sala da Comissão, de março de 2017.

Coordenador: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

